

Apresentação

O número 33 do *Cadernos Metrópole* reúne na sua primeira parte um conjunto de artigos sobre a gestão das águas nas metrópoles. As águas, nas suas diferentes formas, são elementos de fundamental importância das cidades. Discutir o tema da gestão das águas nas cidades evoca tanto problemas como oportunidades. Problemas quando pensamos nas questões relativas à escassez e à desigualdade no acesso à água que hoje afeta parte das cidades brasileiras; nas pressões sobre os recursos hídricos e sua poluição nos contextos urbanos; às inundações urbanas. Oportunidades quando se trata de reconciliar a cidade e suas águas, através de projetos de busca a criação de novas paisagens, que possam ser usufruídas por todos, que tragam maior conforto ambiental e climático, em uma perspectiva de maior qualidade urbana e ambiental. As relações multifacetadas entre planejamento urbano e gestão das águas se manifestam na discussão do que passou a ser designado como gestão integrada das águas, que abrange tanto a gestão de recursos hídricos quanto a gestão de serviços de saneamento. Enquanto a primeira se refere às atividades de aproveitamento, conservação, proteção e recuperação da água bruta, em quantidade e qualidade, a segunda concerne os serviços de abastecimento de água potável, coleta e tratamento de esgotos, drenagem pluvial e coleta e disposição final de resíduos sólido. Esses são dois sistemas distintos em termos legais, políticos e institucionais, sendo o setor de saneamento ambiental um usuário da água bruta. No entanto, quando se trata de regiões densamente urbanizadas esses dois sistemas de gestão passam a ser estreitamente inter-relacionados, pois o principal uso de recursos hídricos é o abastecimento urbano que passa a demandar cada vez mais água em quantidade e qualidade e, ao mesmo tempo, constitui seu principal problema (lançamento de efluentes sem tratamento nos corpos hídricos e ocupação de área de proteção dos mananciais).

Nas áreas metropolitanas, a necessidade de pensar de maneira articulada esses dois sistemas se coloca de forma mais evidente a partir do processo de intenso crescimento urbano e do agravamento de problemas relacionados à ameaça de escassez ou diminuição da disponibilidade de água, sobretudo nos cenários atuais de maior vulnerabilidade urbana associada à intensificação de eventos hidrológicos extremos, com destaque para as inundações e as secas e/ou estiagem. Novos e velhos conflitos socioambientais envolvendo a gestão das águas urbanas se manifestam nesse contexto.

Se a escassez decorrente das mudanças climáticas é hoje uma ameaça real, ela precisa ser enfrentada junto com o desafio de universalizar o acesso aos serviços de saneamento: abastecimento de água e esgotamento sanitário são direitos básicos de cidadania e devem estar acessíveis a todos. Para as parcelas mais pobres da população urbana, sobretudo nas periferias metropolitanas, esses serviços ainda são escassos ou precários, com reflexos na saúde humana, e na qualidade do meio ambiente. O estudo Panorama do Saneamento Básico, que subsidia o PLANSAB, Plano Nacional de Saneamento Básico, estimou que nas áreas urbanas existem 3,3 milhões de habitantes com abastecimento de água precário, reconhecendo que a insuficiência na qualidade e quantidade de água distribuída se constitui em formas desse acesso precário. Indicar caminhos para o acesso universal a serviços com qualidade é uma questão central no planejamento de cidades mais justas.

Por outro lado, as relações entre planejamento e gestão das águas aparecem também no planejamento da paisagem. Mesmo sendo elementos estruturadores da paisagem das cidades, ao longo do desenvolvimento urbano muitos rios foram canalizados e cobertos, desaparecendo da paisagem visível, e, aos poucos, da memória dos habitantes do Rio de Janeiro. Revitalizar rios urbanos, e planejar adequadamente o uso das suas margens, através de estratégias de projeto que sejam sensíveis à água e reduzam a vulnerabilidade às inundações e democratizem uma paisagem urbana como qualidade é um tema central no planejamento contemporâneo das cidades.

Este número dos *Cadernos Metrópole* traz na sua primeira parte cinco artigos que evocam esses temas. No artigo *Da lama ao caos: um estuário chamado Baía de Guanabara*, Maria Angélica Maciel Costa examina o histórico de desenvolvimento desse território, enfocando as políticas públicas que incidem sobre ele. Como assinala a autora, estuário Baía de Guanabara encontra-se encravado no centro da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, sendo uma marca da paisagem metropolitana e um elemento de fundamental importância para o desenvolvimento socioeconômico do território. A área foi e é objeto de diferentes políticas públicas, com objetivos amplos e diferenciados. Temos as políticas visando a recuperação da qualidade das águas dos corpos hídricos que desaguam na Baía, que se encontram em situação de degradação ambiental extrema, como o programa de despoluição da Baía de Guanabara, negociado ainda em 1992 e ainda em andamento, mas com resultados pouco expressivos, reativado a partir das demandas decorrentes dos Jogos Olímpicos. Temos também políticas voltadas para o desenvolvimento econômico, como aquelas relacionadas à economia do petróleo. A autora examina os impasses enfrentados por essas políticas públicas, em

perspectiva que elege a água como um fio condutor, a partir do qual busca revelar relações sociais e conflitos que perpassam processos espaciais de diferentes ordens que ocorrem nesse território.

No texto *Belém do Pará: cidade e água*, Juliano Pamplona Ximenes Ponte também tem a água como fio condutor, abordando as relações historicamente construídas entre a cidade de Belém, Pará e suas águas, examinando o desenvolvimento urbano e aproveitamento da rede hídrica regional, identificando diferentes dimensões da água na cidade: água como paisagem, veículo, substância e recurso. A partir dessa análise, o autor discute as dificuldades da construção de políticas públicas de aproximação e integração da cidades às suas águas, em uma perspectiva que seja socialmente inclusiva e democrática.

O terceiro e o quarto texto abordam as águas da maior região metropolitana do país, São Paulo. Em *Governança da água e inovação na política de recuperação de recursos hídricos na cidade de São Paulo*, Pedro Roberto Jacobi, Ana Paula Fracalanza e Solange Silva-Sanchez examinam os fluxos das águas na metrópole paulista, enfocando as diferentes políticas públicas visando a recuperação ambiental de córregos urbanos da cidade de São Paulo, como novo paradigma na gestão dos recursos hídricos, e a complexa articulação entre elas. Na contextualização do estudo realizado o texto recupera o processo histórico de urbanização da cidade de São Paulo, que resultou na degradação de seus recursos hídricos, e as políticas públicas voltadas para a sua gestão. Em um contexto atual de córregos contaminados, várzeas ocupadas por favelas, ausência de rede coletora e de tratamento de esgotos, é ressaltado o papel das políticas recentes que incidem sobre a recuperação ambiental da rede hídrica no sentido de transformar esses córregos em importantes prestadores de serviços ecossistêmicos. O texto traz uma análise dos impasses relacionados à implementação dessas políticas, ressaltando sua baixa efetividade decorrente da baixa capacidade do poder público para constituir mecanismos eficazes de planejamento e gestão, notadamente para elaboração de políticas de longo prazo, como são as políticas ambientais, e o ainda frágil espaço dado à participação da sociedade, como marcas do processo de governança das águas na cidade de São Paulo.

Angélica Tanus Benatti Alvim, Volia Regina Costa Kato e Jeane Rombi de Godoy Rosin, no texto *A urgência das águas: intervenções urbanas nas áreas de mananciais*, discutem outra dimensão das gestão das águas na Região Metropolitana de São Paulo, abordando as políticas públicas que incidem sobre as áreas de mananciais da bacia hidrográfica do reservatório Billings. Na Região Metropolitana de São Paulo, as ocupações urbanas, precárias, em áreas de proteção de mananciais vêm ocorrendo de forma crescente e adensada, comprometendo os recursos hídricos necessários ao abastecimento humano, em termos de quantidade e qualidade. Os desafios para a recuperação das áreas de mananciais vão além da instituição dos marcos legais; dependem de estratégias de intervenção inovadoras que envolvem a sociedade civil e que podem sinalizar uma real transformação da realidade das bacias hidrográficas protegidas. O trabalho traz uma análise do caso de São Bernardo do Campo, examinando as interfaces e os conflitos entre os instrumentos ambientais, representados pela legislação de proteção e recuperação dos mananciais e urbanos representados pelo Plano Diretor que incidem sobre as áreas de mananciais.

O quinto texto *Gestão das águas e sustentabilidade: desafios globais e respostas locais a partir do caso de Seropédica na RMRJ*, de Denise de Alcântara e Adriana Soares de Schueler, trata do desenvolvimento territorial e a questão hídrica da região abrangida pela Bacia Sedimentar de Sepetiba, na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Nesse território correm as águas do Rio Guandu, principal fonte de abastecimento da Metrópole; em seu subsolo encontra-se o Aquífero Piranema. Os municípios aí localizados, Itaguaí e Seropédica, serão fortemente impactados pelas atividades decorrentes da instalação do Complexo Portuário de Itaguaí; da inserção do Arco Metropolitano, junto com o complexo portuário, catalisam e impulsionam o crescimento das atividades industriais, retro portuárias e imobiliárias na região. A partir de investigação transescalar e tipomorfológica da paisagem, o texto enfatiza os riscos para os recursos hídricos em função da previsível expansão urbana/industrial, bem como pela infraestrutura urbana precária, especialmente sistemas de saneamento e drenagem pluvial. São apresentados na escala regional dados qualitativos e quantitativos sobre as potencialidades e fragilidades do território e, na escala local, propostas intervenções para mitigação dos efeitos dos problemas hídricos verificados em áreas urbanas.

A segunda parte deste número do *Cadernos Metrópole* traz textos que abordam diferentes aspectos da temática metropolitana. Um primeiro conjunto de textos aborda o temas da segregação e da gentrificação.

Raquel Rolnik, Alvaro Luis dos Santos Pereira, Fernanda Accioly Moreira, Luciana de Oliveira Royer, Rodrigo Faria Gonçalves Iacovini e Vitor Coelho Nisida trazem uma análise contundente do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) mostrando que, embora o tema da habitação tenha alçado uma posição de destaque na agenda do Governo Federal, o padrão de inserção urbana de seus empreendimentos reafirma a predominância de um modelo de urbanização excludente e precário na maior parte das cidades do país, especialmente nas principais regiões metropolitanas. O texto traz uma análise dos padrões de inserção urbana dos empreendimentos produzidos no âmbito do PMCMV entre 2009 e 2012 nas regiões metropolitanas de São Paulo e Campinas, buscando mostrar como essa política habitacional vem contribuindo para reiterar o fenômeno da segregação de classes sociais.

No artigo sobre Brasília, William Lauriano aborda diferentes dimensões da gentrificação em Brasília. O autor discute como a intervenção do Estado, através da regulação urbanística e do monopólio de público do mercado formal fundiário, defendidos sob um discurso de preservação arquitetônica, ambiental e da qualidade de vida, restringe intencionalmente a oferta habitacional na capital do país. Esse modelo impõe um conjunto de requisitos normativos que erguem uma barreira institucional para a provisão de habitações para os setores populares da sociedade na capital, induzindo esses a buscar alternativas irregulares. Em outro artigo, Andrei Mikhail Zaiatz Crestani aborda os projetos de recuperação de centros analisando o projeto "Novo Centro" de Curitiba com o enfoque específico de suas propostas para a Rua Riachuelo que, desde 2009, passa por uma incisiva transformação socioespacial. O autor discute a presença de gentrificação, tida como estratégia de uma política urbana que subsidia a remodelagem socioespacial, cultural e econômica da região.

Discutindo aspectos teóricos da questão metropolitana, Maria do Livramento Miranda Clementino e Lindijane de Souza Bento Almeida trazem o tema da construção técnico-política de governança metropolitana. As autoras buscam contribuir para o debate sobre o tema a partir de uma concepção que tem como base de sustentação o conceito de ação coletiva, elaborado a partir da sistematização da literatura recente sobre o tema. Também em uma perspectiva de construção teórico conceitual, o artigo de Maria da Penha Smarzaró Siqueira e Gilton Luis Ferreira aborda a cidade e os espaços de produção social da opinião pública, trazendo uma análise histórica dos espaços que serviram de palco para desenvolvimento das discussões e afirmação das ideias coletivas nas cidades.

Os dois últimos textos tratam de diferentes aspectos da temática da globalização e cidades na contemporaneidade. Rafael Monroy discute como medidas econômicas relacionadas ao circuito global de capital geram desequilíbrios sistêmicos no nível local examinando o caso mexicano, um movimento que o autor denomina globalização da precariedade. Ricardo Carlos Gaspar traz uma interpretação de caráter ensaístico dos múltiplos fenômenos que caracterizaram as transformações na ordem social, partindo do período pós-guerra, passando pelos anos 1970 e chegando à atualidade. A abordagem é multidisciplinar, com ênfase para dimensão econômico dessas transformações.

Ana Lucia Nogueira de Paiva Britto
Organizadora